RELATÓRIO GLOBAL ANO 2019

INSPEÇÕES SEM AVISO PRÉVIO
A POSTOS TERRITORIAIS DA
GUARDA NACIONAL REPUBLICANA
E A ESQUADRAS DA
POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA



INSPEÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

INSPEÇÕES SEM AVISO PRÉVIO A POSTOS DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA E A ESQUADRAS DA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA POR SEGURANÇA POR SEGURA POR SEGURANÇA POR SEGURANÇA POR SEGURA P



ÍNDICE

LEGENDA5
NOTA INTRODUTÓRIA7
1. ESQUADRAS E POSTOS TERRITORIAIS VISITADOS
2. ASPETOS OBSERVADOS 13
2.1. DETENÇÃO DE CIDADÃOS
2.1.1. Cidadãos detidos nas instalações policiais no momento das visitas
2.1.2. Comunicação das detenções às Autoridades Judiciárias
2.1.3. Autos de Constituição de Arguido e Termos de Identidade e Residência15
2.1.4. Contacto dos detidos com defensores e familiares
2.1.5. Painel com os direitos e deveres do detido/arguido
2.1.6. Livro de Registo de Detidos
2.1.7. Arquivo do expediente
2.2. IDENTIFICAÇÃO COATIVA
2.2.1. Cidadãos para identificar no momento das visitas
2.2.2. Motivo das identificações e sua comunicação ao Ministério Público
2.2.3. Livro de registos e arquivo do expediente
2.3. INTERVENÇÕES NO ÂMBITO DA LEI TUTELAR EDUCATIVA
2.4. INTERVENÇÕES À LUZ DA LEI DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO 19
2.5. INTERVENÇÕES NO ÂMBITO DA LEI DE SAÚDE MENTAL
2.6. RECLAMAÇÕES DE CIDADÃOS
2.7. ESTATUTO DA VÍTIMA
2.8. CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO
2.9. CONDIÇÕES DAS ZONAS DE DETENÇÃO
2.10. CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS ELEMENTOS POLICIAIS
2.10.1. Instalações
2.10.2. Mobiliário e meios informáticos
2.10.3. Equipamento Operacional

Telefone: 21 358 34 30 Telefax: 21 358 34 31



2.11. RECURSOS HUMANOS	31
3. DIREITO DE AUDIÊNCIA	33
3.1. DIREITO DE AUDIÊNCIA EXERCIDO PELA PSP	34
3.2. DIREITO DE AUDIÊNCIA EXERCIDO PELA GNR	35
4. PROPOSTAS	37
5. ANEXOS	41

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro n.º 1 – Esquadras e Postos Territoriais inspecionados	11
QUADRO N.º 2 – QUALIDADE DO ATENDIMENTO	24
QUADRO N.º 3 – PRIVACIDADE NO ATENDIMENTO	25
Quadro n.º 4 – Acessibilidades	26
QUADRO N.º 5 – CONDIÇÕES DAS ZONAS DE DETENÇÃO	28
Quadro n.º 6 – condições de trabalho dos elementos policiais	29

Telefone: 21 358 34 30

Telefax: 21 358 34 31

N.I.F.: 600 043 797



LEGENDA

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens **CPCJ**

Código de Processo Penal **CPP**

Estatuto da Vítima EV

GNR Guarda Nacional Republicana

Inspeção-Geral da Administração Interna IGAL

ISAP Inspeção Sem Aviso Prévio

Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo – Lei n.º 147/99, de 1 de

setembro, alterada pelas Leis n.ºs 31/2003, de 22 de agosto, 142/2015, de **LPCJP**

8 de setembro, 23/2017, de 23 de maio, e 26/2018, de 5 de julho

Lei Tutelar Educativa - Lei n.º 166/99, de 14 de setembro, alterada pela LTE

Lei n.º 4/2015, de 15 de janeiro

Lei de Saúde Mental – Lei n.º 36/98, de 24 de Julho, alterada pelas Leis **LSM**

n.°s 101/99, de 26 de Julho, e 49/2018, de 14 de agosto

MP Ministério Público

Número Único de Identificação de Processo-Crime **NUIPC**

Órgão de Polícia Criminal **OPC**

PSP Polícia de Segurança Pública

Regulamento das Condições Materiais de Detenção em Estabelecimento **RCMDFP**

Policial - Despacho Ministerial (MAI) N.º 5863/2015, de 26 de maio,

publicado no Diário da República, 2.ª série, N.º 106, de 2 de junho

Telefone: 21 358 34 30

Telefax: 21 358 34 31

Sistema Estratégico de Informação, Gestão e Controlo Operacional da SFI

PSP

Sistema Integrado de Informações Operacionais Policiais da GNR **SIIOP**

N.I.F.: 600 043 797

INSPEÇÕES SEM AVISO PRÉVIO A POSTOS DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA E A ESQUADRAS DA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA POR SEGURANÇA POR SEGURA POR SEGURANÇA POR SEGURANÇA POR SEGURA P

NOTA INTRODUTÓRIA

O Plano de Atividades de 2019 da Inspeção-Geral da Administração Interna, aprovado

por despacho de Sua Excelência o Ministro da Administração Interna, de 25 de janeiro

de 2019, considerou a realização de 50 Inspeções Sem Aviso Prévio (ISAP) a Esquadras

da Polícia de Segurança Pública (PSP) e a Postos da Guarda Nacional Republicana

(GNR).

No dispositivo territorial da PSP, as ações inspetivas incidiram sobre o Comando

Metropolitano do Porto (27 Esquadras) e sobre o Comando Metropolitano de Lisboa (4

Esquadras), tendo sido realizadas 31 visitas.

No que tange à GNR, foram sujeitos a ações inspetivas os Comandos Territoriais do

Porto (15 Postos) e de Viana do Castelo (5 Postos), tendo sido contemplados 20 Postos

Territoriais.

Considerando as duas forças de segurança, realizaram-se, em 2019, 51 Inspeções Sem

Aviso Prévio, superando-se a meta estabelecida no Plano de Atividades.

Do ponto de vista formal, as ações inspetivas consubstanciaram a instrução de 7

processos, 4 referentes à PSP e 3 relativos à GNR, conforme sequência cronológica a

seguir indicada:

► PI-8/2019 – Comando Territorial do Porto da GNR;

► PI-9/2019 – Comando Territorial de Viana do Castelo da GNR;

► PI-10/2019 – Comando Metropolitano do Porto da PSP;

► PI-11/2019 – Comando Metropolitano do Porto da PSP:

➤ PI-12/2019 - Comando Metropolitano do Porto da PSP;

► PI-14/2019 – Comando Territorial do Porto da GNR;

► PI-16/2019 – Comando Metropolitano de Lisboa da PSP.

Telefone: 21 358 34 30

Telefax: 21 358 34 31

Pág. 7/41

geral@igai.pt

N.I.F.: 600 043 797

E-mail:

INSPEÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA INSPEÇÕES SEM AVISO PRÉVIO A POSTOS DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA E A ESQUADRAS DA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

O âmbito deste tipo de ações inspetivas considera, em termos sistemáticos, três grandes

eixos de intervenção:

1. Observação direta;

2. Análise documental;

3. Interpelação dos interlocutores.

Esta abordagem permite aferir a efetividade e qualidade dos serviços prestados às

populações pelas Esquadras da PSP e Postos da GNR.

As Inspeções Sem Aviso Prévio visam, fundamentalmente, a materialização do controlo

da legalidade da ação policial, mormente no que concerne aos direitos, liberdades e

garantias dos cidadãos, com particular enfoque nos seguintes domínios: detenções,

locais de detenção, identificações coativas, intervenções nos termos da Lei de Saúde

Mental, atuações no âmbito da Lei Tutelar Educativa e da Lei de Proteção de Crianças e

Jovens em Perigo, reclamações de cidadãos, Estatuto da Vítima¹ (EV), condições de

atendimento ao público, condições materiais das instalações policiais e de trabalho dos

profissionais de polícia.

Concomitantemente, são também considerados na apreciação os meios e equipamentos

disponíveis para o exercício da atividade policial, sobretudo no que concerne à sua

suficiência e adequação, para além de serem levados em consideração outros aspetos

que se revelem, caso a caso, pertinentes para a boa prossecução da missão policial

subjacente a cada subunidade.

Subsequentemente a cada ação inspetiva, realizada por equipa de dois inspetores, é

elaborado um relatório. Este relatório é remetido à respetiva força de segurança, no

sentido ser exercido o direito de audiência / contraditório.

¹ Aprovado pela Lei n.º 130/2015, de 4 de setembro, que transpôs a Diretiva n.º 2012/29/UE, do

Telefone: 21 358 34 30

Telefax: 21 358 34 31

Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2012.

Pág. 8/41

É o teor dos relatórios de cada processo que dá respaldo ao presente relatório global que, de forma sintetizada, veicula a informação pertinente da atividade inspetiva desenvolvida no ano de 2019.

Em termos de sistematização, o presente relatório divide-se em cinco partes:

- Nota introdutória;
- 1. Esquadras e Postos Territoriais Visitados;
- − 2. Aspetos Observados;
- 3. Direito de Audiência;
- 4. Propostas.

E são parte integrante deste relatório os seguintes anexos:

- Anexo A Esquadras e Postos Territoriais Inspecionados;
- Anexo B Situação das Instalações da GNR;
- Anexo C Situação das Instalações da PSP;
- Anexo D Situação das Zonas de Detenção da GNR;
- Anexo E Situação das Zonas de Detenção da PSP.

Telefone: 21 358 34 30

Telefax: 21 358 34 31

N.I.F.: 600 043 797

INSPEÇÕES SEM AVISO PRÉVIO A POSTOS DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA E A ESQUADRAS DA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA POR SEGURANÇA POR SEGURA POR SEGURANÇA POR SEGURANÇA POR SEGURA P



1. ESQUADRAS E POSTOS TERRITORIAIS VISITADOS

As ações inspetivas levadas a efeito em 2019, num total de 7, consubstanciaram 51 visitas a subunidades policiais.

Considerando a distribuição da atividade inspetiva pelas duas forças de segurança², foram realizadas 31 inspeções em Esquadras da PSP e 20 em Postos Territoriais da GNR.

Em termos geográficos, as visitas efetuadas no dispositivo territorial da PSP incidiram maioritariamente no Comando Metropolitano do Porto (27 inspeções) e no Comando Metropolitano de Lisboa (4 inspeções). Por sua vez, na GNR, as visitas foram dirigidas ao Comando Territorial do Porto (15 inspeções) e ao Comando Territorial de Viana do castelo (5 inspeções).

Segue quadro demonstrativo.

QUADRO N.º 1 - ESQUADRAS E POSTOS TERRITORIAIS INSPECIONADOS

U		TOTAIS PARCIAIS	TOTAL	
Polícia de	Comando Metropolitano do Porto 27		31	
SEGURANÇA PÚBLICA	Comando Metropolitano de Lisboa	4	31	54
GUARDA NACIONAL REPUBLICANA	Comando Territorial do Porto	15	20 51	
	Comando Territorial de Viana do Castelo	5	20	

Pág. 11/41

Telefone: 21 358 34 30 Telefax: 21 358 34 31 ____

geral@igai.pt

N.I.F.: 600 043 797

E-mail:

² A listagem completa das visitas realizadas, pela respetiva ordem cronológica da sua execução, é apesentada no Anexo A do presente relatório.

INSPEÇÕES SEM AVISO PRÉVIO A POSTOS DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA E A ESQUADRAS DA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA POR SEGURANÇA POR SEGURA POR SEGURANÇA POR SEGURANÇA POR SEGURA P

2. ASPETOS OBSERVADOS

O foco principal das Inspeções Sem Aviso Prévio (ISAP) é direcionado à verificação da

conformidade legal e regulamentar dos procedimentos policiais, nas suas diferentes

esferas de intervenção, sendo atribuída particular atenção às metodologias de atuação

nas áreas que interferem, de forma direta ou indireta, com os direitos e liberdades

individuais do cidadão.

Em concomitância, estas ações visam também aferir as condições em que os agentes da

autoridade desenvolvem as respetivas missões, mormente no que concerne às condições

físicas das instalações - estado de conservação, funcionalidade e adequação -, à

suficiência e adequação do mobiliário e equipamentos diversos, bem como em relação à

disponibilidade, suficiência e funcionalidade dos meios auto e equipamentos técnicos de

suporte à atividade operacional de que as Esquadras e Postos dispõem para

cumprimento diário das respetivas atribuições.

Esta atividade, que compreende uma dimensão bastante abrangente e entronca numa

abordagem holística, tem o propósito fundamental de promover e incrementar a

qualidade do serviço policial que as Esquadras e Postos prestam às populações que

servem.

Neste contexto, as dimensões abordadas inserem-se no âmbito das seguintes temáticas:

a) Detenção de cidadãos;

b) Identificação coativa;

c) Intervenção no âmbito da Lei Tutelar Educativa;

d) Intervenção no âmbito da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo;

Telefone: 21 358 34 30

Telefax: 21 358 34 31

e) Intervenção no âmbito da Lei de Saúde Mental;

f) Reclamações de cidadãos;

g) Estatuto da Vítima;

h) Condições dos espaços físicos de atendimento;

i) Condições dos espaços de trabalho dos elementos policiais;

Pág. 13/41

j) Condições das zonas de detenção;

k) Recursos humanos.

2.1. DETENÇÃO DE CIDADÃOS

2.1.1. CIDADÃOS DETIDOS NAS INSTALAÇÕES POLICIAIS NO MOMENTO DAS VISITAS

As sete ações inspetivas levadas a efeito em 2019 realizaram-se ao longo dos meses de

março, abril, maio, junho, julho e novembro.

Na generalidade das Esquadras e Postos visitados não foi localizado qualquer cidadão

detido no momento em que as inspeções decorreram. Verificou-se, no entanto, uma

exceção aquando da visita ao Posto Territorial de Marco de Canaveses, onde se

encontrava detido, em cela, um cidadão. Do contacto pessoal estabelecido pela respetiva

equipa inspetiva com o cidadão detido não resultou qualquer referência negativa à

atuação dos agentes policiais envolvidos na detenção³. E a análise integral do

expediente subjacente permitiu concluir que foram observados e cumpridos todos os

formalismos legais⁴.

Nos processos de detenção consultados e apreciados constatou-se, de um modo geral,

conformidade legal nos procedimentos adotados.

³ "A equipa inspetiva estabeleceu contato verbal com o detido, o qual referiu ter sido bem tratado e não

ter havido qualquer problema com os militares da GNR que o detiveram. Também pela observação

efetuada constatámos que, efetivamente, o mesmo se encontrava aparentemente bem fisicamente. De

salientar que o detido se encontrava descalço (os ténis com os atacadores encontravam-se fora da cela).

Foi fornecido o pequeno-almoço ao detido (pão com queijo, uma maçã e uma garrafa de água). O detido

referiu que o problema da detenção se prendeu com o facto de ter bebido demais na noite anterior. O

detido tinha solicitado o contacto com a sua Advogada, o que lhe foi permitido, tendo sido necessário,

previamente, contactar a esposa para obter o referido contacto".

⁴ Tratou-se da detenção registada sob o NUIPC: 394/19.4GBAMT, reportada no âmbito do processo

inspetivo n.º PI-14/2019.

Pág. 14/41

2.1.2. COMUNICAÇÃO DAS DETENÇÕES ÀS AUTORIDADES JUDICIÁRIAS

As situações de detenção, independentemente da sua génese, carecem de comunicação

imediata à autoridade judiciária competente.

No que respeita a esta obrigação legal, contatou-se que, por regra, todas as detenções de

cidadãos são comunicadas, via telecópia ou por correio eletrónico, às respetivas

autoridades judiciárias competentes.

Em relação à tempestividade das comunicações, também se verificou que, em geral, as

duas forças de segurança observam esta imposição legal.

2.1.3. Autos de Constituição de Arguido e Termos de Identidade e Residência

As Esquadras da PSP e Postos Territoriais de GNR dispõem de formulários próprios

para constituição de arguido e sujeição a termo de identidade e residência em línguas

estrangeiras, para fazerem face a situações de detenção de cidadãos estrangeiros.

No que concerne à PSP, tais formulários são disponibilizados eletronicamente, em

múltiplas línguas estrangeiras, pelo SEI (Sistema Estratégico de Informação, Gestão e

Controlo Operacional).

Na GNR os formulários também são disponíveis digitalmente por intermédio do SIIOP

(Sistema Integrado de Informações Operacionais Policiais).

2.1.4. CONTACTO DOS DETIDOS COM DEFENSORES E FAMILIARES

À luz dos registos documentais, a todos os cidadãos detidos e alojados em instalações

policiais é garantido o contacto com advogado⁵, com familiar ou com pessoa de sua

inteira confiança.

⁵ Conforme se impõe no Despacho n.º 10717/2000 (2.ª Série), do MAI, publicado no DR, 2.ª Série, n.º

121. de 25 de maio.

Pág. 15/41

Telefone: 21 358 34 30

N.LF: 600 043 797

Telefax: 21 358 34 31

INSPEÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA INSPEÇÕES SEM AVISO PRÉVIO A POSTOS DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA E A ESQUADRAS DA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Os contactos ocorrem, por norma, em espaço adequado das instalações policiais, sendo

sempre garantida a privacidade dos diálogos entre as partes.

Aos cidadãos detidos é também assegurado, desde que o solicitem, acesso ao telefone

fixo das Esquadras e dos Postos Territoriais para estabelecerem contactos com o

exterior, designadamente com defensores, familiares ou pessoas de confiança.

2.1.5. Painel com os direitos e deveres do detido/arguido

As Esquadras e Postos Territoriais visitados no ano de 2019 possuem painéis referentes

aos direitos e deveres do detido/arguido.

E da apreciação quanto ao local de afixação, constatou-se que, de um modo geral, os

referidos painéis encontram-se afixados nas zonas de atendimento e em lugares que

permitem boa visualização e, quando aplicável, nas zonas de detenção, nos termos

regulamentares⁶.

2.1.6. LIVRO DE REGISTO DE DETIDOS

Todos os Postos Territoriais da GNR dispõem de livro de registo de detidos, nos termos

regulamentarmente (RCMDEP) estabelecidos.

No que concerne à PSP, por força do desenvolvimento de um módulo específico no

sistema de informação SEI, visando a substituição do formato físico do livro por uma

versão digital⁷, o registo neste livro já só é feito em situação de contingência. Persistem,

⁶ Conforme determina o Despacho Ministerial (MAI) N.º 5863/2015, de 26 de maio, publicado no Diário

da República, 2.ª série, N.º 106, de 2 de junho, que aprovou o Regulamento das Condições Materiais de

Detenção em Estabelecimento Policial (RCMDEP).

⁷ Medida que entronca nos princípios orientadores da modernização administrativa preconizados pelo

Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, na sua redação atual (introduzida pelos Decretos-Leis nºs.

29/2000, de 13 de março, 72-A/2010, de 18 de junho, 73/2014, de 13 de maio, 58/2016, de 29 de agosto,

Telefone: 21 358 34 30

Telefax: 21 358 34 31

e 74/2017, de 21 de junho).

Pág. 16/41

N.I.F.: 600 043 797

INSPEÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA
INSPEÇÕES SEM AVISO PRÉVIO A POSTOS DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA E A ESQUADRAS DA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

contudo, algumas debilidades no aludido módulo do SEI, visto que não produz, de

forma cabal (como output), a listagem de dados informacionais⁸ preconizada pelo

RCMDEP, situação que importa colmatar.

A este propósito, convém dar nota de dois aspetos: o primeiro prende-se com o facto de

a listagem não integrar a data e hora em que cada detenção ocorre; e o segundo está

relacionado com a circunstância de a listagem que é produzida não ser apresentada pela

ordem cronológica de cada detenção.

No que concerne à autenticação e escrituração dos livros de registos em uso, importa

salientar que, de um modo geral, estes obedecem aos inerentes formalismos

regulamentares.

2.1.7. ARQUIVO DO EXPEDIENTE

Todas as Esquadras e Postos Territoriais possuem arquivos específicos e autónomos

para a documentação de natureza criminal, na qual se enquadram as situações de

detenção de cidadãos.

Da consulta e análise aos arquivos, constataram-se boas práticas arquivísticas, na

medida em que, de um modo geral, os arquivos apresentam-se bem organizados e

sequenciados, quer em termos cronológicos, quer em função do NUIPC (Número Único

de Identificação de Processo Crime).

⁸ Especificamente previstos no artigo 17.°, n.° 1, onde se estatui que "em cada estabelecimento policial há

um livro de registo, de modelo aprovado superiormente, em que são consignados, relativamente a cada

detido e pela ordem de entrada, designadamente: a) Identificação da pessoa detida; b) Dia e hora da

detenção e da apresentação à autoridade judiciária; c) Local da detenção; d) Identidade dos funcionários

intervenientes na detenção; e) Identificação do facto que motivou a detenção e das circunstâncias que

legalmente a fundamentam" (sublinhado nosso).

Pág. 17/41

Telefone: 21 358 34 30 Telefax: 21 358 34 31

2.2. IDENTIFICAÇÃO COATIVA

2.2.1. CIDADÃOS PARA IDENTIFICAR NO MOMENTO DAS VISITAS

As equipas inspetivas não detetaram, no decurso das visitas, qualquer cidadão que

estivesse a ser sujeito à medida de polícia de identificação coativa, quer em Esquadras

da PSP quer em Postos da GNR.

Em relação à aplicação desta medida de polícia, verificou-se que se trata de um

procedimento pouco usual, tanto nos Postos da Guarda Nacional Republicana quanto

nas Esquadras da Polícia de Segurança Pública.

2.2.2. MOTIVO DAS IDENTIFICAÇÕES E SUA COMUNICAÇÃO AO MINISTÉRIO PÚBLICO

Os agentes da autoridade podem proceder à identificação coativa de suspeitos desde que

respeitem os pressupostos estabelecidos no Código de Processo Penal (CPP), artigo

250° e seguintes, e na Lei de Segurança Interna⁹, designadamente no artigo 28.° e

seguintes.

A adoção desta medida de polícia, nos termos do artigo 253.º do CPP, implica a sua

comunicação ao Ministério Público, tendo-se constatado que as duas forças de

segurança observam este imperativo legal, remetendo os originais dos respetivos autos

de identificação, mediante ofício.

Da análise realizada, verificou-se que nem sempre o relato constante dos autos é

suficientemente clarividente no que tange à fundamentação da aplicação da medida de

Telefone: 21 358 34 30

Telefax: 21 358 34 31

identificação coativa, concretamente, aplicada.

⁹ Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto, alterada pela Lei n.º 59/2015, de 24 de junho.

Pág. 18/41

N.I.F.: 600 043 797

2.2.3. LIVRO DE REGISTOS E ARQUIVO DO EXPEDIENTE

A GNR possui livro de registos de identificações em todos os Postos Territoriais

inspecionados.

Nas Esquadras da PSP não existe livro de registo de identificações, sendo tal registo

efetuado no SEL.

No que concerne ao arquivo, todas as subunidades policiais visitadas possuem arquivo

autónomo para a temática da identificação coativa.

2.3. INTERVENÇÕES NO ÂMBITO DA LEI TUTELAR EDUCATIVA

As equipas inspetivas, nas respetivas ações que levaram a cabo, não detetaram no

interior das instalações policiais nenhum cidadão menor que estivesse a ser sujeito a

medida de coação prevista na Lei Tutelar Educativa 10 (LTE).

A documentação em arquivo sobre esta temática demonstrou que, em regra, os

elementos policiais observam e cumprem os formalismos legais inerentes ao instituto da

detenção e da identificação coativa de menores, previstos nos artigos 50.°, 51.° e

seguintes, do aludido diploma legal.

De um modo geral, a pouca documentação existente nos respetivos arquivos revela que

a atividade das duas forças de segurança, neste domínio, é relativamente diminuta.

2.4. INTERVENÇÕES À LUZ DA LEI DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM

Os agentes da autoridade, tendo em consideração a elevada sensibilidade das situações

que envolvem crianças e jovens em perigo, necessitam de possuir elevados

¹⁰ Lei n.º 166/99, de 14 de setembro, alterada pela Lei n.º 4/2015, de 15 de janeiro.

Pág. 19/41

INSPEÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

conhecimentos, seja no que concerne ao quadro legal vigente¹¹, seja no que respeita ao

domínio das boas práticas.

As forças de segurança, à luz do disposto no artigo 17.º, alínea j), da LPCJ, fazem-se

representar em todas as comissões de proteção de crianças e jovens (CPCJ) de âmbito

alargado.

Apesar de regime legal não o impor, verificou-se que em alguns casos há participação

de profissionais das forças de segurança em comissões restritas, facto que apraz

assinalar.

Da análise realizada à documentação em arquivo, foi possível verificar que as duas

forças de segurança cumprem com os deveres legais subjacentes ao quadro normativo,

mormente no que concerne ao dever de colaboração com as CPCJ (artigo 13°), ao dever

de sinalização e comunicação de situações de menores em perigo às respetivas

comissões de proteção (artigo 64°) e ao dever de adoção de procedimentos de urgência

(artigo 91°), neste caso, quando a gravidade das situações com que os agentes da

autoridade são confrontados assim o impõe.

De salientar que os profissionais das forças de segurança também cooperam, neste

domínio, com as autoridades judiciárias, principalmente na execução de mandados e de

notificações.

2.5. INTERVENÇÕES NO ÂMBITO DA LEI DE SAÚDE MENTAL

As intervenções das forças de segurança no âmbito do fenómeno ligado à saúde mental,

em face da delicadeza e dimensão hodiernamente intrínsecas, sobretudo nos grandes

centros urbanos, onde esta realidade assume maior relevância, representam um papel

fundamental.

¹¹ Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs. 31/2003, de 22 de

agosto, 142/2015, de 8 de setembro, 23/2017, de 23 de maio, e 26/2018, de 5 de julho.

Pág. 20/41

Telefone: 21 358 34 30 Telefax: 21 358 34 31

INSPEÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

O domínio de intervenção dos agentes policiais, nos termos do regime legal vigente¹²,

consubstancia-se, fundamentalmente, na condução de pessoas portadoras de perturbação

mental a unidades de saúde psiquiátrica, com vista à sua observação por médico

especialista ou para internamento.

E a condução de cidadãos, ao abrigo do respetivo dispositivo legal (artigos 21.º e 23.º),

pode ocorrer por mandado emitido por autoridade judiciária, por mandado emitido por

autoridade de saúde, por mandado emitido por autoridade de polícia ou, ainda, nos

casos considerados de urgência, por iniciativa dos profissionais de polícia, enquanto

órgãos de polícia criminal.

Nos termos da Lei (artigo 23°, n°s 3, 4 e 5), todas as intervenções policiais que

culminem na condução de cidadão a unidade de saúde devem, necessariamente, ser

seguidas de comunicação imediata à autoridade judiciária competente.

A verificação realizada permitiu concluir que a maior parte das intervenções das

autoridades ocorrem por cumprimento de mandados emitidos pela autoridade de saúde,

seguindo-se as intervenções decorrentes da iniciativa dos profissionais que são

chamados a intervir em situações urgentes.

De um modo geral, os profissionais das duas forças de segurança observam os

formalismos legais inerentes e adotam os procedimentos adequados, consoante as

situações concretas com que são confrontados.

2.6. RECLAMAÇÕES DE CIDADÃOS

Todas as Esquadras e Postos Territoriais inspecionados em 2019 dispõem de livro de

reclamações, todos em observâncias das condições regulamentares de autenticação 13.

¹² Lei n.º 36/98, de 24 de julho, alterada pelas Leis n°s. 101/99, de 26 de julho, e 49/2018, de 14 de

agosto.

¹³ A autenticação consiste na atribuição de número ao livro, na numeração e rubrica de todas as folhas que

Telefone: 21 358 34 30

Telefax: 21 358 34 31

compõem o livro e no lavrar dos termos de abertura e de encerramento. À luz da Resolução do Conselho

Pág. 21/41

INSPEÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

No que concerne ao painel informativo do livro de reclamações, verificou-se que todas

as subunidades estão dotadas deste tipo de painel, em modelo normalizado de cada uma

das forças de segurança.

Os painéis informativos, tanto os da PSP quanto os da GNR, apresentam os dizeres nas

línguas portuguesa, inglesa, francesa e castelhana e, por norma, encontram-se afixados

em lugar bem visível dos espaços de atendimento.

As reclamações inscritas nos livros são tramitadas nos termos regulamentares e aos

cidadãos reclamantes é sempre dada resposta pelo órgão institucional competente ¹⁴.

Não foram identificados registos de reclamações denunciadores de violência policial

nem de práticas policiais discriminatórias, seja em função da cor, do género, da origem

étnica, da orientação religiosa, da orientação sexual, do escalão etário ou de qualquer

outro tipo de discriminação.

2.7. ESTATUTO DA VÍTIMA

A Lei n.º 130/2015, de 4 de setembro, que procedeu a alterações ao Código de Processo

Penal (CPP) e transpôs para a ordem jurídica interna a Diretiva 2012/29/EU, do

Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro, aprovou, por força do seu artigo

5.°, o denominado Estatuto da Vítima (EV).

O EV estabeleceu um conjunto de normas relativas aos direitos, ao apoio e à proteção

das vítimas de crime, no seu sentido mais amplo, entendendo-se como "vítima" toda e

qualquer pessoa sujeita a uma conduta criminosa.

Este normativo introduz um elenco de novos direitos que assistem a toda a vítima de

crime, cuja materialização implica uma nova abordagem holística dos atores judiciários,

de Ministros N.º 189/96, de 28 de novembro, mais precisamente do disposto nos nºs. 4, 5 e 6, os livros só

podem ser disponibilizados ao público depois de autenticados pelo titular do órgão competente.

¹⁴ Na PSP a resposta aos cidadãos reclamantes é dada pelos respetivos Comandos Territoriais

Telefone: 21 358 34 30

Telefax: 21 358 34 31

(Metropolitanos, Regionais e Distritais); na GNR a resposta é formalizada pela Inspeção da Guarda.

Pág. 22/41

N.LF: 600 043 797

INSPEÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

globalmente considerados, e, em particular, dos Órgãos de Polícia Criminal (OPC),

universo onde se inserem a Guarda Nacional Republicana e a Polícia de Segurança

Pública.

Dentre este elenco de novos direitos, alguns implicam, logo no primeiro contacto entre a

vítima e os OPC - por norma, no ato da denúncia -, a adoção de procedimentos

específicos adicionais, relativamente ao quadro anterior, donde resulta a necessidade de

as forças de segurança adotarem os mecanismos necessários e imprescindíveis ao

cumprimento deste novo regime legal.

São de realçar os direitos à informação (artigos 8°, 11° do EV e 247°, 7 do CPP), à

garantia de comunicação (artigo 12º do EV); à proteção (artigo 15º, 20º e 21º do EV), à

prestação de declarações para memória futura (artigo 21°, 2, al. d) e 24° do EV), ao

atendimento em gabinetes específicos para vítimas (artigo 18º do EV). Importa ainda

salientar os direitos que assistem ao cidadão residente em Portugal vítima de crime

noutro Estado membro (artigo 19°, 1 e 2 do EV) e os direitos do cidadão residente

noutro Estado membro vítima de crime em Portugal (artigo 19°, 3 do EV).

Não obstante a evolução verificada no que tange à abordagem das duas forças de

segurança a este quadro normativo, verifica-se que a observância cabal do estatuído

neste regime legal está por consolidar.

2.8. CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO

Nos termos do Decreto-Lei n.º 135/99¹⁵, de 22 de abril, todos os serviços públicos estão

incumbidos de investir na melhoria das condições de acolhimento e de atendimento dos

cidadãos, devendo pautar-se pelo incremento dos padrões de qualidade na relação

serviços-utentes.

¹⁵ Com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis nºs. 29/2000, de 13 de março, 72-A/2010, de 18 de

junho, 73/2014, de 13 de maio, 58/2016, de 29 de agosto, e 74/2017, de 21 de junho.

Pág. 23/41

Telefone: 21 358 34 30 Telefax: 21 358 34 31



O aludido diploma legal estabelece, designadamente no seu artigo 7°, n.° 4, que "(...) o atendimento deve ser personalizado, ou seja, em secretária individual, removendo-se balcões e postigos (...)".

Neste domínio, verifica-se uma tendência crescente do número de Esquadras da PSP e de Postos da GNR que adaptam as condições de atendimento ao espirito deste normativo legal, com o propósito da garantia das melhores condições de atendimento aos cidadãos, quer em termos de conforto, quer, sobretudo, ao nível da privacidade assegurada no atendimento.

Uma boa parte das Esquadras e Postos possuem, inclusivamente, "salas de apoio à vítima" destinadas ao atendimento específico de pessoas especialmente vulneráveis, nomeadamente de vítimas do crime de violência doméstica e de crimes inerentes à liberdade e à autodeterminação sexual.

As Esquadras e Postos visitados apresentam condições de atendimento que se inserem maioritariamente nos padrões bom ou razoável. Porém, três Esquadras da PSP foram classificadas no padrão mais baixo de classificação, o nível mau, o mesmo sucedendo com dois Postos da GNR.

Segue quadro demonstrativo.

QUADRO N.º 2 - QUALIDADE DO ATENDIMENTO

QUALIDADE DO ATENDIMENTO DE CIDADAOS"					
	ВОМ	RAZOÁVEL	MAU		
PSP	12	9	3 ¹⁷		
GNR	11	7	2 ¹⁸		
TOTAL	23	16	5		

¹⁶ As EIFP (num total de 7), por não fazerem atendimento ao público, não são consideradas nesta análise.

Telefone: 21 358 34 30

Telefax: 21 358 34 31

Pág. 24/41

geral@igai.pt

N.I.F.: 600 043 797

E-mail:

¹⁷ 12. Esquadra (Cedofeita), 16. Esquadra (Aldoar) e 18. Esquadra (Campo de Francos).

¹⁸ Postos Territoriais de Vila Meã e de Penafiel.



Em termos relativos, verifica-se que 88,64% das Esquadras e Postos inserem-se no padrão de qualidade "Bom" ou "Razoável" (52,27% e 36,37%, respetivamente) e 11,36% no padrão mais baixo, o "Mau".

Considerando, individualmente, cada uma das forças de segurança, as realidades observadas são bastante similares, verificando-se variações percentuais muito pouco significativas.

Tomando em linha de conta, especificamente, a existência, ou não, de condições de privacidade no atendimento de cidadãos, a situação global observada encontra-se vertida no quadro seguinte.

QUADRO N.º 3 - PRIVACIDADE NO ATENDIMENTO

PRIVACIDADE NO ATENDIMENTO DE CIDADÃOS							
	PSP GNR TOTAL						
EXISTE	16	19	35				
NÃO EXISTE	819	1 ²⁰	9				

Da análise ao quadro, observa-se que 79,55% das subunidades policiais inspecionadas oferecem condições de privacidade no atendimento de cidadãos, sendo que em 20,45% dos casos o atendimento é feito sem as devidas condições de privacidade.

Em termos comparativos, a PSP apresenta uma *performance* inferior à GNR. Observase que em 75% das Esquadras o atendimento é feito em condições de privacidade e em 25% das Esquadras tal não acontece. Por sua vez, na GNR o atendimento em

Telefone: 21 358 34 30

Telefax: 21 358 34 31

Pág. 25/41

N.I.F.: 600 043 797

¹⁹ Trata-se da 18.ª Esquadra (Campo de Francos), 16.ª Esquadra (Aldoar), 9.ª Esquadra (Infante D. Henrique), 12.ª Esquadra (Cedofeita), 5.ª Esquadra (Lagarteiro), Esquadra de Rio Tinto, Esquadra de Valbom e Esquadra de Gondomar, todas do Comando Metropolitano do Porto.

²⁰ Trata-se do Posto Territorial de Baião, do Comando Territorial do Porto.



privacidade é realizado em 95% dos Postos visitados, sendo que em 5% dos Postos tal não sucede.

Neste domínio, verifica-se que, em alguns casos, o atendimento ainda é realizado em guichés/balcões situados nas zonas de entrada das instalações, realidades que, além de pouco dignas e de não proporcionarem a privacidade que cada cidadão merece no atendimento, se encontram desconformes com o estatuído no artigo 7.º, n.º 4, do Decreto-Lei n.º 135/99²¹, de 22 de abril, na sua redação atual.

No que concerne à situação das acessibilidades, segue-se quadro demonstrativo.

QUADRO N.º 4 - ACESSIBILIDADES

CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE					
	PSP ²²	GNR	TOTAL		
EXISTE	18	15	33		
NÃO EXISTE	623	524	11		

A leitura do quadro permite observar que 75% das Esquadras e Postos encontram-se dotados das necessárias condições de acessibilidade para pessoas com mobilidade

Telefone: 21 358 34 30

Telefax: 21 358 34 31

N.I.F.: 600 043 797

²¹ Alterado pelos Decretos-Leis n°s. 29/2000, de 13 de março, 72-A/2010, de 18 de junho, 73/2014, de 13 de maio, 58/2016, de 29 de agosto, e 74/2017, de 21 de junho.

²² As Esquadras de Intervenção e Fiscalização Policial (EIFP), num total de sete, não são consideradas neste tipo de análise, uma vez que não fazem atendimento ao público.

²³ Nesta situação inserem-se a 4.ª Esquadra (Corujeira), 6.ª Esquadra (Antas), 5.ª Esquadra (Lagarteiro), Esquadra de Valbom, Esquadra de Gondomar e Esquadra de Segurança Ferroviária (Vila Nova de Gaia), todas do Comando Metropolitano do Porto.

²⁴ Neste quadro encontram-se os Postos Territoriais de Paços de Ferreira, de Freamunde, de Vila Nova de Lixa e de Paço de Sousa, todos pertencentes ao Comando Territorial do Porto, e o Posto Territorial de Valença do Comando Territorial de Viana do Castelo.

INSPEÇÕES SEM AVISO PRÉVIO A POSTOS DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA E A ESQUADRAS DA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

condicionada, sendo que em 25% dos casos esta valência ainda não se encontra

instalada.

2.9. CONDIÇÕES DAS ZONAS DE DETENÇÃO

Relativamente à situação referente às condições físicas das zonas de detenção

subjacentes aos Postos Territoriais e às Esquadras visitados, as mesmas encontram-se

vertidas nos Anexos D e E, respetivamente.

No que concerne à GNR, foram identificados 6 Postos Territoriais que não possuem

zonas de detenção e 2 casos cujas zonas de detenção encontravam-se temporariamente

desativadas.

Nos Postos possuidores de zona de detenção, em 7 casos estas foram consideradas em

boas condições, isto é, em total observância dos requisitos regulamentares²⁵, e em 5

casos foram identificadas algumas irregularidades.

Em relação à PSP, verificou-se que nenhuma das Esquadras visitadas possui zona de

detenção, tanto no Comando Metropolitano do Porto, onde foi realizada a maior parte

das visitas, quanto no Comando Metropolitano de Lisboa. E esta realidade prende-se

com o facto de estes dois comandos possuírem zonas de detenção centralizadas, para

onde são canalizados todos os detidos das Esquadras inspecionadas que carecem de

instalação em zona de detenção, antes de serem presentes às autoridades judiciárias

competentes.

O quadro seguinte é representativo da situação das zonas de detenção.

²⁵ Estabelecidos pelo Regulamento das Condições Materiais de Detenção em Estabelecimento Policial (RCMDEP) - Despacho Ministerial (MAI) N.º 5863/2015, de 26 de maio, publicado no Diário da República, 2.ª série, N.º 106, de 2 de junho.

Telefone: 21 358 34 30

Telefax: 21 358 34 31

Pág. 27/41



QUADRO N.º 5 - CONDIÇÕES DAS ZONAS DE DETENÇÃO

Força de		SOMA			
SEGURANÇA	EM BOAS CONDIÇÕES	COM DEFICIÊNCIAS	DESATIVADAS	SATIVADAS INEXISTENTES	
GNR	7	5	2	6	20
PSP	0	0	0	31	31
TOTAL	7	5	2	37	51

2.10. CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS ELEMENTOS POLICIAIS

2.10.1. INSTALAÇÕES

As características das instalações policiais, mormente no que se refere ao estado de conservação e ao nível da funcionalidade e adequação à função policial, representam um dos fatores de inequívoca relevância entre os que concorrem para a maior ou menor qualidade do serviço policial.

Nas inspeções realizadas foram tomadas em linha de conta as características das instalações policiais, designadamente:

- a) Quanto ao estado de conservação;
- b) Quanto à funcionalidade e adequação;
- c) Quanto à adaptação a profissionais de ambos os géneros.

Esta matéria encontra-se descrita, relativamente a cada subunidade, nos Anexos B e C, respetivamente à GNR e PSP.

Telefone: 21 358 34 30

Telefax: 21 358 34 31

Segue-se quadro ilustrativo.

geral@igai.pt

N.I.F.: 600 043 797

E-mail:



QUADRO N.º 6 - CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS ELEMENTOS POLICIAIS

INSTALAÇÕES

FORÇA DE	ESTADO DE CONSERVAÇÃO			FUNCIONALIDADE E ADEQUAÇÃO				
SEGURANÇA	BOM	RAZ	MAU	TOTAL	BOM	RAZ	MAU	TOTAL
GNR	10	7	3	20	11	6	3	20
PSP	17	11	3	31	14	14	3	31
TOTAL	27	18	6	51	25	20	6	51

Em termos relativos, no que tange ao estado de conservação, 88,2% das Esquadras e Postos visitados foram considerados nos patamares bom ou razoável, sendo que os restantes 11,8% foram enquadrados no nível mau.

Em relação à funcionalidade e adequação das instalações policiais visitadas, verificamse os mesmos valores percentuais, no entanto observa-se uma ligeira alteração na distribuição entre os patamares bom e razoável.

Em mau estado de conservação foram consideradas 3 Esquadras²⁶ e 3 Postos²⁷. E na situação de falta de funcionalidade e de adequação à função policial também foram identificados 3 Esquadras²⁸ e 3 Postos²⁹.

Telefone: 21 358 34 30

Telefax: 21 358 34 31

Pág. 29/41

geral@igai.pt

N.I.F.: 600 043 797

E-mail:

²⁶ Nesta situação inserem-se a 16.ª Esquadra (Aldoar), a EIFP da 2.ª Divisão Policial e a 12.ª Esquadra (Cedofeita), todas do Comando Metropolitano do Porto, sendo que esta última Esquadra está prestes a ser transferida para novas instalações.

²⁷ Nesta situação inserem-se os Postos Territoriais de Vila Meã, de Penafiel e de Paredes, do Comando Territorial do Porto.

²⁸ Inserem-se nesta situação a 12.ª Esquadra (Cedofeita), a EIFP de Gondomar e a Esquadra de Valbom, todas do Comando Metropolitano do Porto.

²⁹ Inserem-se nesta situação os Postos Territoriais de Vila Meã, de Penafiel e de Paço de Sousa, sendo que para este Posto está em curso a construção de novas instalações.

INSPEÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

2.10.2. Mobiliário e meios informáticos

O mobiliário existente nas instalações policiais visitadas revelou-se adequado e em

quantidade suficiente.

Relativamente aos meios informáticos, observaram-se algumas deficiências, seja no que

tange à quantidade dos meios disponíveis, seja no que se refere à qualidade dos

equipamentos. Em algumas Esquadras e Postos, muitos dos meios informáticos

existentes encontram-se obsoletos, não suportando, de forma eficiente, algum do

software instalado.

Esta situação provoca perturbações relevantes no funcionamento dos serviços,

resultando prejuízos notórios para os cidadãos utentes, cujo período de atendimento,

muitas vezes, é mais dilatado do que o desejável.

2.10.3. EQUIPAMENTO OPERACIONAL

As dotações adequadas de equipamentos operacionais, de diversa ordem, das Esquadras

e Postos afiguram-se como fatores determinantes de respaldo ao bom desempenho da

função policial.

De um modo geral, as Esquadras e Postos Territoriais visitados mostraram-se

apetrechados dos meios e equipamentos operacionais considerados essenciais à

dinâmica diária do desempenho da função policial.

Porém, a questão que se prende com os veículos automóveis disponíveis foi a que mais

vezes foi sinalizada nas duas forças de segurança. Neste domínio, além da escassez de

meios reportada algumas vezes, em geral, foi referenciado que o parque automóvel

apresenta elevado desgaste, dando origem a necessidades de reparação/manutenção

sistemáticas, situação que provoca alguma perturbação no funcionamento dos serviços,

Telefone: 21 358 34 30

Telefax: 21 358 34 31

em especial nos de índole operacional.

Pág. 30/41

N.I.F.: 600 043 797

2.11. RECURSOS HUMANOS

A atividade policial traduz-se, em traços gerais, na prevenção e no combate à

criminalidade e, bem assim, no auxílio às populações em muitos outros domínios da

dinâmica social. E o caráter permanente e ininterrupto - 24 horas/dia, 7 dias/semana -

que caracteriza a missão da PSP e da GNR exige um elevado número de recursos

humanos para que os serviços das diferentes Esquadras e Postos Territoriais sejam

assegurados.

Nesse sentido, os recursos humanos assumem um papel central no que concerne à

prossecução e concretização dos objetivos operacionais e estratégicos das duas forças de

segurança.

As inspeções realizadas ao longo de 2019 revelaram que o fator humano tem vindo a

constituir-se como um constrangimento ao regular funcionamento das Esquadras e

Postos, uma vez que os efetivos têm vindo a decair.

Em termos numéricos, os efetivos dos Postos Territoriais visitados oscilam entre 10 e

40 profissionais. Por sua vez, nas Esquadras da PSP os efetivos compreendem-se entre

Telefone: 21 358 34 30

Telefax: 21 358 34 31

20 e 95 profissionais.

Pág. 31/41

N.I.F.: 600 043 797

INSPEÇÕES SEM AVISO PRÉVIO A POSTOS DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA E A ESQUADRAS DA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA POR SEGURANÇA POR SEGURA POR SEGURANÇA POR SEGURANÇA POR SEGURA P

3. DIREITO DE AUDIÊNCIA

A atividade inspetiva da IGAI, vertida em relatórios, observa o princípio da audiência

previsto no Regulamento das Ações Inspetivas e de Fiscalização (RAIF) da IGAI,

Regulamento n.º 10/99 (DR n.º 106 - II Série, de 07Mai99), especificamente no seu

artigo 11.°, n.° 1. Este mesmo princípio está previsto no regime jurídico da atividade de

inspeção, auditoria e fiscalização dos serviços da administração direta e indireta do

Estado, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 276/2007, de 31 de julho, com as alterações

introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 32/2012, de 13 fevereiro, e pela Lei n.º 114/2017, de

29 de dezembro, mais precisamente no seu artigo 12.º, n.º 1.

Em observância de tais desígnios normativos, os relatórios consequentes das ações

inspetivas levadas a efeito por equipas de inspetores da IGAI são remetidos às

respetivas entidades para o efeito de pronúncia, mormente no que concerne às

recomendações e propostas formuladas.

Nessa conformidade, no âmbito das Inspeções Sem Aviso Prévio a Esquadras e Postos

Territoriais, foram instaurados 7 processos, dos quais 4 incidiram sobre o dispositivo da

PSP e 3 sobre o dispositivo da GNR.

Assim, e no devido tempo, os 7 relatórios que resultaram das ações inspetivas realizadas

em 2019 foram remetidos à Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública e ao

Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana, para efeito do exercício do direito de

pronúncia.

À PSP foram remetidos os relatórios consequentes dos processos n.ºs PI-10/2019, PI-

11/2019, PI-12/2019 e PI-16/2019, tendo sido dirigidos à GNR os relatórios inerentes

aos processos n.ºs PI-8/2019, PI-9/2019 e 14/2019.

A PSP pronunciou-se sobre três dos relatórios que lhe foram remetidos, não se tendo

pronunciado relativamente ao relatório subjacente ao processo n.º PI-16/2019. A GNR

Telefone: 21 358 34 30

Telefax: 21 358 34 31

pronunciou-se quanto aos três relatórios que lhe foram submetidos.

Pág. 33/41

geral@igai.pt

N.I.F.: 600 043 797

E-mail:

3.1. DIREITO DE AUDIÊNCIA EXERCIDO PELA PSP

A Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública exerceu o direito de audiência

sobre três dos processos de que a PSP foi alvo, sendo de realçar, relativamente a cada

qual, os seguintes aspetos:

- PI-10/2019 - Comando Metropolitano do Porto

A ação inspetiva subjacente a este processo contemplou Esquadras inseridas nas

estruturas orgânicas da 1.ª e 2.ª Divisões Policiais.

A Direção Nacional da PSP manifestou o acolhimento das propostas formuladas,

dando nota das medidas tomadas relativamente a algumas da propostas e das

diligências encetadas tendentes à concretização das restantes.

- PI-11/2019 - Comando Metropolitano do Porto

Este processo inspetivo teve a sua incidência sobre Esquadras integrantes da 3.ª

Divisão Policial e da Divisão Policial de Gondomar. Submetido o relatório à

consideração da Direção Nacional da PSP, a pronúncia foi no sentido do

acolhimento global das recomendações formuladas, acompanhado das específicas

explicações e fundamentos inerentes à sua materialização.

- PI-12/2019 - Comando Metropolitano do Porto

Esta ação inspetiva incidiu sobre as Esquadras integrantes da Divisão de

Segurança Aeroportuária do Porto e da Divisão Policial de Vila Nova de Gaia. Na

pronúncia, a PSP reportou o acolhimento da generalidade das recomendações

formuladas no respetivo relatório e prestou algumas informações e

esclarecimentos pertinentes.

- PI-16/2019 - Comando Metropolitano de Lisboa

Neste processo foram inspecionadas Esquadras integrantes da 5.ª Divisão Policial.

Telefone: 21 358 34 30

Telefax: 21 358 34 31

A PSP não exerceu o seu direito de pronúncia.

Pág. 34/41

N.I.F.: 600 043 797

3.2. DIREITO DE AUDIÊNCIA EXERCIDO PELA GNR

O Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana pronunciou-se sobre os processos

inspetivos de que a GNR foi alvo, merecendo referência, no âmbito de cada processo, os

seguintes aspetos:

- PI-8/2019 - Comando Territorial do Porto

A ação inspetiva subjacente a este processo abrangeu os Postos Territoriais

pertencentes ao Destacamento Territorial de Felgueiras.

O Comando-Geral da Guarda manifestou o acolhimento integral das propostas

formuladas, dando nota das medidas tomadas, no imediato, e das diligências que

se propôs levar a cabo, no sentido da materialização integral das propostas

preconizadas no relatório.

- PI-9/2019 - Comando Territorial de Viana do Castelo

Este processo inspetivo teve a sua incidência sobre os Postos Territoriais do

Destacamento Territorial de Valença. Submetido o relatório à consideração do

Comando-Geral da GNR, a pronúncia veiculou o acolhimento global das

propostas realizadas, sendo dado destaque às medidas adotadas e a adotar para a

sua materialização e, bem assim, sinalizando algumas das dificuldades inerentes à

sua integral consolidação.

- PI-14/2019 - Comando Territorial do Porto

Esta ação inspetiva incidiu sobre os Postos dos Destacamentos Territoriais de

Amarante e de Penafiel.

manifestou acolhimento pronúncia, a GNR da generalidade

recomendações formuladas. Porém, pontualmente, foram apresentadas algumas

alegações pertinentes e apresentadas explicações de enquadramento sobre temas

Telefone: 21 358 34 30

Telefax: 21 358 34 31

alvo de recomendação.

Pág. 35/41

N.I.F.: 600 043 797



Em síntese, o exercício da pronúncia por parte da Direção Nacional da PSP e do Comando-Geral da GNR revelou-se, de um modo geral, acolhedor das recomendações e propostas formuladas nos relatórios de cada um dos processos inspetivos, com referência às medidas tomadas e às diligências encetadas para a sua efetiva e integral concretização.

Telefone: 21 358 34 30

Telefax: 21 358 34 31

N.I.F.: 600 043 797

INSPEÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

4. PROPOSTAS

Face a tudo o que ficou exposto *supra*, e considerando, acima de tudo, a componente da

ação policial relacionada com os direitos e garantias dos cidadãos, merece referência,

por um lado, o nível de desempenho francamente positivo observado nas subunidades

visitadas das duas forças de segurança e, por outro lado, a recetividade manifestada

pelos respetivos órgãos máximos ao acolhimento das recomendações e propostas

formuladas ao longo de 2019, no sentido do incremento de melhorias nos diversos

domínios da sua intervenção.

Deste modo, atendendo à importância de algumas das recomendações e propostas

formuladas, porque concorrem para a salvaguarda, com maior efetividade, dos direitos

que assistem a todos os cidadãos e, concomitantemente, constituem-se como fator

preponderante de consolidação de boas práticas policiais, afigura-se determinante que

os fins que visam alcançar sejam extensivos a todo o dispositivo territorial das duas

forças de segurança.

Neste contexto, considerando o quadro observado nas ações inspetivas realizadas ao

longo de 2019 e no intuito do incremento de valor, de forma holística, à qualidade do

serviço policial, formulam-se as seguintes propostas:

L. Que o Comando-Geral da GNR e a Direção Nacional da PSP envidem esforços

no sentido de encontrarem soluções para as instalações policiais que se

encontram em mau estado de conservação e para as que se revelam disfuncionais

e totalmente desadequadas à função.

II. Que o Comando-Geral da GNR e a Direção Nacional da PSP tomem medidas

para melhorar as acessibilidades e as condições gerais dos espaços destinados ao

Telefone: 21 358 34 30

Telefax: 21 358 34 31

Pág. 37/41

geral@igai.pt

N.I.F.: 600 043 797

E-mail:

IGAI
INSPEÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

atendimento ao público e promovam o atendimento personalizado³⁰, garantindo sempre a privacidade ao cidadão utente.

III. Que o Comando-Geral da GNR promova as medidas necessárias conducentes à

remoção das irregularidades das zonas de detenção.

IV. Que o Comando-Geral da GNR e a Direção Nacional da PSP continuem os

esforços de modernização dos equipamentos informáticos, dedicando particular

atenção aos meios afetos aos serviços de atendimento ao público, no sentido da

melhoria dos níveis de celeridade do atendimento.

V. Que o Comando-Geral da GNR e a Direção Nacional da PSP, atento o elevado

desgaste que uma boa parte da frota automóvel apresenta, envidem esforços no

sentido da sua renovação progressiva.

VI. Que o Comando-Geral da GNR e a Direção Nacional da PSP, considerando a

sinalização da redução de efetivos que se vem verificando nas subunidades,

intentem esforços tendentes à mitigação deste fenómeno.

VII. Que o Comando-Geral da GNR e a Direção Nacional da PSP prossigam os

esforços de difusão de orientações tendentes à observância escrupulosa do

regime legal subjacente à identificação coativa.

VIII. Que o Comando-Geral da GNR e a Direção Nacional da PSP determinem que

sejam planeadas e ministradas ações de formação sobre o regime legal

-

³⁰ Nos termos estabelecidos pelo Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, na sua versão atual, que estatui no seu artigo 7°, n.º 4, que "(...) o atendimento deve ser personalizado, ou seja, em secretária individual,

Telefone: 21 358 34 30

Telefax: 21 358 34 31

removendo-se balcões e postigos (...)".

geral@igai.pt

N.I.F.: 600 043 797

E-mail:

IGAI
INSPEÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

subjacente ao Estatuto da Vítima³¹, de modo a que os direitos, os apoios e a proteção de toda e qualquer vítima de crime sejam, em termos de procedimentos, cabalmente materializados.

IX. Que a Direção Nacional da PSP promova a reconfiguração do módulo do SEI referente ao livro de registo de detidos, de modo a que a listagem de dados produzida corresponda, de forma cabal, ao estabelecido no artigo 17, n.º 1³², do RCMDEP³³.

Lisboa e Inspeção-Geral da Administração Interna, 14 de maio de 2020

Rogério Soares

Inspetor

Telefone: 21 358 34 30

Telefax: 21 358 34 31

geral@igai.pt

N.I.F.: 600 043 797

E-mail:

³¹ Aprovado pela Lei n.º 130/2015, de 4 de setembro, que transpôs para a ordem jurídica interna a Diretiva 2012/29/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2012, que estabelece as normas relativas aos direitos, ao apoio e à proteção das vítimas da criminalidade.

³² A listagem atualmente produzida não obedece à ordem cronológica, nem apresenta a data e hora de cada detenção.

³³ Regulamento das Condições Materiais de Detenção em Estabelecimento Policial -Despacho Ministerial (MAI) N.º 5863/2015, de 26 de maio, publicado no Diário da República, 2.ª série, N.º 106, de 2 de junho.

INSPEÇÕES SEM AVISO PRÉVIO A POSTOS DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA E A ESQUADRAS DA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA POR SEGURANÇA POR SEGURA POR SEGURANÇA POR SEGURANÇA POR SEGURA P

5. ANEXOS

- A Esquadras e Postos Territoriais inspecionados.
- **B** Situação das instalações da GNR.
- C Situação das instalações da PSP.
- D Situação das zonas de detenção da GNR.
- E Situação das zonas de detenção da PSP.

N.I.F.: 600 043 797

E-mail: geral@igai.pt

Telefone: 21 358 34 30

Telefax: 21 358 34 31



Anexo A ESQUADRAS E POSTOS TERRITORIAIS INSPECIONADOS

PROCESSO	FORÇA DE SEC	GURANÇA	LOCAL INSPECIONADO	DATA
			PT de Paços de Ferreira	25/03/2019
DI 0/2010	Comando Territorial	Destacamento	PT de Freamunde	25/03/2019
PI-8/2019	do	Territorial de	PT de Vila Nova de Lixa	26/03/2019
GNR	PORTO	Felgueiras	PT de Felgueiras	26/03/2019
			PT de Lousada	26/03/2019
	C 1 T :: 1		PT de Valença	27/03/2019
DI 0/2010	Comando Territorial	Destacamento	PT de Melgaço	27/03/2019
PI-9/2019 GNR	de VIANA DO	Territorial de	PT de Tangil	27/03/2019
ONK	CASTELO	Valença	PT de Monção	28/03/2019
	CHUILLO		PT de Vila Nova de Cerveira	28/03/2019
	Comando Metropolitano do PORTO		15.ª Esquadra (Foz)	09/04/2019
			18.ª Esquadra (Campo de Francos)	09/04/2019
			16.ª Esquadra (Aldoar)	10/04/2019
		1.ª Divisão	EIFP* da 2.ª Divisão Policial	10/04/2019
PI-10/2019 PSP		Policial	9.ª Esquadra (Infante D. Henrique)	10/04/2019
			3.ª Esquadra (Bomfim)	11/04/2019
		2.ª Divisão	EIFP da 1.ª Divisão Policial	11/04/2019
		Policial	12.ª Esquadra (Cedofeita)	11/04/2019
			Gabinete de Atendimento e Informação à Vítima	12/04/2019
	<u>I</u>	<u> </u>	u	
			Esquadra do Bom Pastor	20/05/2019
		3.ª Divisão	4.ª Esquadra (Corujeira)	20/05/2019
	Comando	Policial	EIFP da 3.ª Divisão Policial	21/05/2019
PI-11/2019	Metropolitano		6.ª Esquadra (Antas)	21/05/2019
PSP	do		5.ª Esquadra (Lagarteiro)	22/05/2019
151	PORTO	Divisão	Esquadra de Rio Tinto	22/05/2019
		Policial de	EIFP de Gondomar	22/05/2019
		Gondomar	Esquadra de Valbom	23/05/2019
			Esquadra de Gondomar	23/05/2019

Telefone: 21 358 34 30 Telefax: 21 358 34 31 Anexo-A - 1/3

N.I.F.: 600 043 797

E-mail: geral@igai.pt



INSPEÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

INSPEÇÕES SEM AVISO PRÉVIO A POSTOS DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA E A ESQUADRAS DA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

PROCESSO	FORÇA DE SEGURANÇA		LOCAL INSPECIONADO	DATA
		Núcleo de	Esquadra de Segurança Ferroviária (Vila Nova de Gaia)	14/05/2019
		Operações	Esquadra de Canidelo Esquadra da Afurada	14/05/2019 14/05/2019
		Divisão	Esquadra de Valadares	15/05/2019
PI-12/2019 PSP	Comando Metropolitano do	Policial de Vila Nova de	Esquadra de Vila Nova de Gaia	08/07/2019
rsr	PORTO	Gaia	Esquadra de Segurança Aeroportuária	08/07/2019
		Divisão de	Esquadra de Intervenção e Fiscalização Aeroportuária	08/07/2019
		Segurança Aeroportuária	Esquadra de Oliveira do Douro	09/07/2019
			EIFP de Vila Nova de Gaia	10/07/2019
		Destacamento	PT de Amarante	03/06/2019
		Territorial de	PT de Vila Meã	04/06/2019
		Amarante	PT de Alpendurada	04/06/2019
PI-14/2019	Comando Territorial		PT de Marco de Canavezes PT de Baião	05/06/2019
GNR	do PORTO		PT de Balao PT de Lordelo	05/06/2019 01/07/2019
ONK	UOTOKIO		PT de Penafiel	02/07/2019
		Destacamento	PT de Paredes	02/07/2019
		Territorial de	PT de São Vicente	03/07/2019
		Penafiel	PT de Paço de Sousa	03/07/2019
			Tracraço de Boasa	03/07/2019
	Comenda		11.ª Esquadra (Penha de França)	05/11/2019
PI-16/2019	Comando Metropolitano de	5.ª Divisão	EIFP da 5.ª Divisão Policial	06/11/2019
1-10/2019	LISBOA	Policial	12.ª Esquadra (Olaias)	07/11/2019
	LISBOA		31.ª Esquadra (Praça de Espanha)	07/11/2019

Telefone: 21 358 34 30 Telefax: 21 358 34 31

N.I.F.: 600 043 797

E-mail: geral@igai.pt

^{*} Esquadra de Intervenção e Fiscalização Policial



INSPEÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

INSPEÇÕES SEM AVISO PRÉVIO A POSTOS DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA E A ESQUADRAS DA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Telefone: 21 358 34 30

Telefax: 21 358 34 31

Processos Inspetivos: 7

Esquadras da PSP: 31

Postos Territoriais da GNR: 20

Total: 51

Lisboa e IGAI, 14 de maio de 2020

Rogério Soares Inspetor

N.I.F.: 600 043 797

E-mail: geral@igai.pt



Anexo B SITUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA GNR

PROCESSO	Local Inspecionado	Estado das	Condições de	Condições de	Observações / Informações complementares
PROCESSO	Local inspecionado	Instalações	Atendimento		Ooservações / Informações complementares
	PT de Paços de Ferreira	RAZ	RAZ	RAZ	 - A infraestrutura data de 1991; - É propriedade da GNR; - Não dispõe de acessibilidades para pessoas com mobilidade condicionada.
PI-8/2019 Comando	PT de Freamunde	RAZ	RAZ	RAZ	 - A infraestrutura data de 1999; - É propriedade da junta de freguesia; - Não dispõe de acessibilidades para pessoas com mobilidade condicionada; - Não tem condições para profissionais femininos.
Territorial do Porto	PT de Vila Nova de Lixa	ВОМ	ВОМ	ВОМ	 - A infraestrutura data de 1999; - É propriedade da GNR; - Não dispõe de acessibilidades para pessoas com mobilidade condicionada.
	PT de Felgueiras	RAZ	RAZ	RAZ	- A infraestrutura data de 1989;- É propriedade da autarquia local.
	PT de Lousada	ВОМ	ВОМ	BOM	- A infraestrutura data de 2001; - É propriedade da GNR.

Anexo-B - 1/4



PROCESSO	Local Inspecionado	Estado das Instalações	Condições de Atendimento	Condições de Trabalho	Observações / Informações complementares
	PT de Valença	RAZ	RAZ	RAZ	 - A infraestrutura data de 1967; - É propriedade da GNR; - Não dispõe de acessibilidades para pessoas com mobilidade
PI-9/2019 Comando Territorial	PT de Melgaço	ВОМ	ВОМ	ВОМ	condicionada. - A infraestrutura data de 1996; - É propriedade da GNR.
de Viana do Castelo	PT de Tangil	BOM	BOM	ВОМ	 - A infraestrutura data de 1991; - É propriedade da junta de freguesia. - A infraestrutura data de 2016;
	PT de Monção	BOM	BOM	BOM BOM	- É propriedade da GNR. - A infraestrutura data de 2019;
	PT de Vila Nova de Cerveira	BOM	BOM	BOM	- É propriedade da GNR.
	PT de Amarante	ВОМ	BOM	BOM	- A infraestrutura data de 2018; - É propriedade da autarquia local.
PI-14/2019 Comando Territorial	PT de Vila Meã	MAU	MAU	MAU	 - A infraestrutura é muito antiga; - É de propriedade privada; - Instalações exíguas, disfuncionais e em mau estado de conservação.
do Porto	PT de Alpendurada	BOM	BOM	ВОМ	A infraestrutura data de 2015;É propriedade da autarquia local.
	PT de Marco de Canavezes	RAZ	ВОМ	BOM	- A infraestrutura data de 1999; - É propriedade da GNR.

Anexo-B - 2/4

N.I.F.: 600 043 797 E-mail: geral@igai.pt



PROCESSO	Local Inspecionado	Estado das Instalações	Condições de Atendimento	Condições de Trabalho	Observações / Informações complementares
	PT de Baião	RAZ	RAZ	RAZ	 - A infraestrutura data de 1997; - É propriedade da GNR; - O atendimento não oferece condições de privacidade.
	PT de Lordelo	ВОМ	BOM	BOM	- A infraestrutura data de 2012; - É propriedade da GNR.
	PT de Penafiel	MAU	MAU	MAU	 - A infraestrutura é antiga; - É de propriedade privada; - As instalações são contíguas às do Destacamento (mesmo edifício), sendo exíguas, disfuncionais e encontram-se em mau estado de conservação.
	PT de Paredes	MAU	RAZ	RAZ	 - A infraestrutura data de 1944; - É propriedade da GNR; - Instalações em mau estado de conservação.
	PT de São Vicente	ВОМ	BOM	BOM	- A infraestrutura data de 2007; - É propriedade da GNR.
	PT de Paço de Sousa ¹	RAZ	RAZ	MAU	 - A infraestrutura é muito antiga; - É propriedade de IPSS; - Instalações exíguas e disfuncionais; - Não tem condições para profissionais femininos; - Não dispõe de acessibilidades para pessoas com mobilidade condicionada.

¹ À data da visita encontrava-se em fase de construção nova infraestrutura para instalação do Posto.



Lisboa e IGAI, 14 de maio de 2020

Rogério Soares Inspetor



Anexo C SITUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA PSP

PROCESSO	Local Inspecionado	Estado de Conservação	Condições de Atendimento	Condições de Trabalho	Observações
	15.ª Esquadra (Foz)	ВОМ	RAZ	RAZ	- A infraestrutura data de 2010; - É propriedade do Estado.
	18.ª Esquadra (Campo de Francos)	RAZ	MAU	ВОМ	 - A infraestrutura data de 2010; - É de propriedade privada; - O atendimento não oferece condições de privacidade.
PI-10/2019	16.ª Esquadra (Aldoar)	MAU	MAU	RAZ	 - A infraestrutura data de 2013; - É propriedade da autarquia local; - Instalações em mau estado de conservação; - O atendimento não oferece condições de privacidade.
Comando Metropolitano do Porto	EIFP* da 2.ª Divisão Policial	MAU	N/A	RAZ	 - A infraestrutura data de 2013; - É propriedade da autarquia local; - Instalações exíguas e em mau estado de conservação.
	9.ª Esquadra (Infante D. Henrique)	RAZ	RAZ	RAZ	A infraestrutura é propriedade da autarquia local;O atendimento não oferece condições de privacidade.
	3.ª Esquadra (Bomfim)	RAZ	BOM	RAZ	- A infraestrutura foi renovada em 2009; - É propriedade do Estado.
	EIFP da 1.ª Divisão Policial	RAZ	N/A	RAZ	 - A infraestrutura foi renovada e 2009; - É propriedade do Estado.

Telefone: 21 358 34 30

Telefax: 21 358 34 31

Anexo-C - 1/5

N.I.F.: 600 043 797 E-mail: geral@igai.pt



PROCESSO	Local Inspecionado	Estado de Conservação	Condições de Atendimento	Condições de Trabalho	Observações
	12.ª Esquadra¹ (Cedofeita)	MAU	MAU	MAU	 A infraestrutura é de propriedade privada; Instalações exíguas, muito disfuncionais e em mau estado de conservação geral; O atendimento não oferece condições de privacidade nem de salubridade e conforto.
	Gabinete de Atendimento e Informação à Vítima	ВОМ	ВОМ	ВОМ	 - A infraestrutura data de 2010; - É propriedade do Estado; - É parte integrante do imóvel afeto à Esquadra do Bom Pastor.
	Esquadra do Bom Pastor	BOM	BOM	BOM	- A infraestrutura data de 2010; - É propriedade do Estado.
PI-11/2019	4.ª Esquadra (Corujeira)	ВОМ	ВОМ	RAZ	 - A infraestrutura é propriedade da autarquia local; - Não dispõe de acessibilidades para pessoas com mobilidade condicionada.
Comando Metropolitano do Porto	EIFP da 3.ª Divisão Policial	ВОМ	N/A	RAZ	 - A infraestrutura é propriedade da autarquia local; - Não dispõe de acessibilidades para pessoas com mobilidade condicionada.
	6.ª Esquadra (Antas)	ВОМ	ВОМ	RAZ	 - A infraestrutura data de 1941; - É propriedade da PSP; - Não dispõe de acessibilidades para pessoas com mobilidade condicionada.

¹ Está para breve a mudança de instalações, uma vez que já existe uma nova infraestrutura para instalar a Esquadra.

Anexo-C - 2/5



PROCESSO	Local Inspecionado	Estado de Conservação	Condições de Atendimento	Condições de Trabalho	Observações
	5.ª Esquadra (Lagarteiro)	RAZ	RAZ	RAZ	 A infraestrutura é de propriedade privada; Não dispõe de acessibilidades para pessoas com mobilidade condicionada; O atendimento não oferece condições de privacidade.
	Esquadra de Rio Tinto	RAZ	RAZ	RAZ	A infraestrutura é propriedade do Estado;O atendimento não oferece condições de privacidade.
PI-11/2019	EIFP de Gondomar	ВОМ	N/A	MAU	 - A infraestrutura é propriedade do Estado; - A instalação afeta a esta Esquadra é muito exígua, sendo disfuncional e desadequada à função.
Comando Metropolitano do Porto	Esquadra de Valbom	RAZ	RAZ	MAU	 A infraestrutura é propriedade da junta de freguesia; Apresenta más condições de funcionalidade e adequação à função policial; Não dispõe de acessibilidades para pessoas com mobilidade condicionada; Não tem condições para profissionais femininos; O atendimento não oferece condições de privacidade.
	Esquadra de Gondomar	ВОМ	RAZ	RAZ	 - A infraestrutura data de 1985; - É propriedade da autarquia local; - Não dispõe de acessibilidades para pessoas com mobilidade condicionada; - O atendimento não oferece condições de privacidade.



PROCESSO	Local Inspecionado	Estado de Conservação	Condições de Atendimento	Condições de Trabalho	Observações
	Esquadra de Segurança Ferroviária (Vila Nova de Gaia)	BOM	RAZ	RAZ	 A infraestrutura data de 2002; É propriedade de Infraestruturas de Portuga, I.P.; Não dispõe de acessibilidades para pessoas com mobilidade condicionada.
	Esquadra de Canidelo	ВОМ	BOM	BOM	- A infraestrutura data de 2014; - É propriedade da PSP.
	Esquadra da Afurada	ВОМ	RAZ	RAZ	 - A infraestrutura data de 2010; - É propriedade da PSP; - Não tem condições para profissionais femininos.
DI 10/0010	Esquadra de Valadares	BOM	BOM	BOM	- A infraestrutura data de 2013; - É propriedade PSP.
PI-12/2019 Comando	Esquadra de Vila Nova de Gaia	BOM	BOM	BOM	- A infraestrutura data de 2009; - É propriedade da autarquia local.
Metropolitano do Porto	Esquadra de Segurança Aeroportuária	ВОМ	RAZ	ВОМ	 - A infraestrutura data de 2004; - É propriedade da ANA – Aeroportos; - Não tem condições para profissionais femininos.
	Esquadra de Intervenção e Fiscalização Aeroportuária	ВОМ	N/A	вом	 - A infraestrutura data de 2004; - É propriedade da ANA – Aeroportos; - Não tem condições para profissionais femininos.
	Esquadra de Oliveira do Douro	RAZ	BOM	BOM	- A infraestrutura data de 1998;- É propriedade da PSP.
	EIFP de Vila Nova de Gaia	ВОМ	N/A	ВОМ	 - A infraestrutura data de 2010; - É propriedade da PSP; - Não tem condições para profissionais femininos.

Anexo-C - 4/5



PROCESSO	Local Inspecionado	Estado de Conservação	Condições de Atendimento	Condições de Trabalho	Observações
		,		.	
	11.ª Esquadra (Penha de França)	RAZ	BOM	BOM	- A infraestrutura data de 2001;- É propriedade do Estado.
PI-16/2019 Comando	EIFP da 5.ª Divisão Policial	RAZ	N/A	BOM	- A infraestrutura data de 2001;- É propriedade do Estado.
Metropolitano de Lisboa	12.ª Esquadra (Olaias)	ВОМ	BOM	BOM	- A infraestrutura data de 1998; - É propriedade da GEBALIS.
	31.ª Esquadra	RAZ	BOM	BOM	- A infraestrutura data de 2001;- É propriedade do Estado.

Lisboa e IGAI, 14 de maio de 2020

Rogério Soares Inspetor

Anexo-C - 5/5



Anexo D SITUAÇÃO DAS ZONAS DE DETENÇÃO DA GNR

	LOCAL	ZONA DE DETENÇÃO				
PROCESSO	INSPECIONADO	Em boas Condições	Com Deficiências	Desativada	Não Tem	OBSERVAÇÕES
	PT de Paços de Ferreira				X	
	PT de Freamunde				X	
PI-8/2019 Comando Territorial do Porto	PT de Vila Nova de Lixa		X			 Zona de detenção com 2 celas; Possui potenciais pontos de suspensão nas torneiras dos lavatórios; Possui turcas em loiça; Possui sistema de chamamento (sonoro e luminoso) avariado.
Totto	PT de Felgueiras			X		- Zona de detenção com 2 celas inativas.
	PT de Lousada		X			 Zona de detenção com 2 celas; Possui potenciais pontos de suspensão nas bicas dos lavatórios; A cela n.º 1 possui humidades no teto e paredes.
			,			
PI-9/2019	PT de Valença	X				- Zona de detenção com 1 cela.
Comando	PT de Melgaço	X				- Zona de detenção com 2 celas.
Territorial de	PT de Tangil				X	
Viana do	PT de Monção	X				- Zona de detenção com 1 cela.

Anexo-D - 1/3

Rua Martens Ferrão, nº. 11 – 3°, 4°, 5° e 6° 1050-159 LISBOA

Telefone: 21 358 34 30 Telefax: 21 358 34 31 N.I.F.: 600 043 797 E-mail: geral@igai.pt



	LOCAL	Z	ONA DE DET	ENÇÃO		
PROCESSO	INSPECIONADO	Em boas Condições	Com Deficiências	Desativada	Não Tem	OBSERVAÇÕES
Castelo	PT de Vila Nova de Cerveira	X				- Zona de detenção com 2 celas.
	PT de Amarante				X	
	PT de Vila Meã				X	
	PT de Alpendurada	X				- Zona de detenção com 2 celas.
	PT de Marco de Canavezes	X				- Zona de detenção com 2 celas.
	PT de Baião		X			 Zona de detenção com 2 celas; Possui potenciais superfícies cortantes na parte interior das portinholas das portas.
PI-14/2019	PT de Lordelo	X				- Zona de detenção com 2 celas.
Comando	PT de Penafiel			X		- Zona de detenção com 2 celas inativas.
Territorial do Porto	PT de Paredes		X			 Zona de detenção com 2 celas; Possui potenciais superfícies cortantes junto aos aros das portas e janelas; Possui turcas em loiça; Possui colchões em mau estado de conservação; Possui mau cheiro.
	PT de São Vicente		X			 Zona de detenção com 2 celas; Possui potenciais superfícies cortantes junto ao aro da janela da cela n.º 1.
	PT de Paço de Sousa				X	



	LOCAL INSPECIONADO	Z	ONA DE DET	ENÇÃO				
PROCESSO		Em boas Condições	Com Deficiências	Desativada	Não Tem	OBSERVAÇÕES		
TOTAIS		7	5	2	6			

Lisboa e IGAI, 14 de maio de 2020

Rogério Soares Inspetor

Anexo-D - 3/3



Anexo E SITUAÇÃO DAS ZONAS DE DETENÇÃO DA PSP

	LOCAL INSPECIONADO	Z	ONA DE DET	ENÇÃO		OBSERVAÇÕES
PROCESSO		Em boas Condições	Com Deficiências	Desativada	Não Tem	
	15.ª Esquadra (Foz)	I			X	- O Comando Metropolitano do Porto possui zona de detenção única, sita nas instalações da PSP de Belavista, onde são instalados os detidos das Esquadras referenciadas neste processo inspetivo.
	18.ª Esquadra (Campo de Francos)				X	
	16.ª Esquadra (Aldoar)				X	
PI-10/2019 Comando	EIFP* da 2.ª Divisão Policial				X	
Metropolitano do Porto	9.ª Esquadra (Infante D. Henrique)				X	
	3.ª Esquadra (Bomfim)				X	
	EIFP da 1.ª Divisão Policial					
	12.ª Esquadra (Cedofeita)				X	
	Gabinete de Atendimento e Informação à Vítima				X	

Anexo-E - 1/4



	LOCAL INSPECIONADO	Z	ZONA DE DET	ENÇÃO		OBSERVAÇÕES
PROCESSO		Em boas Condições	Com Deficiências	Desativada	Não Tem	
	Esquadra do Bom Pastor				X	- O Comando Metropolitano do Porto possui zona de detenção única, sita nas instalações da PSP de Belavista, onde são instalados os detidos das Esquadras referenciadas neste processo inspetivo.
	4.ª Esquadra (Corujeira)				X	
PI-/112019 Comando	EIFP da 3.ª Divisão Policial				X	
Metropolitano	6.ª Esquadra (Antas)				X	
do Porto	5.ª Esquadra (Lagarteiro)				X	
	Esquadra de Rio Tinto				X	
	EIFP de Gondomar				X	
	Esquadra de Valbom				X	
	Esquadra de Gondomar				X	
PI-12/2019 Comando Metropolitano	Esquadra de Segurança Ferroviária (Vila Nova de Gaia)				X	- O Comando Metropolitano do Porto possui zona de detenção única, sita nas instalações da PSP de Belavista, onde são instalados os detidos das Esquadras referenciadas neste processo inspetivo.
do Porto	Esquadra de Canidelo				X	
	Esquadra da Afurada				X	

Telefone: 21 358 34 30

Telefax: 21 358 34 31

Anexo-E - 2/4

N.I.F.: 600 043 797 E-mail: geral@igai.pt



	LOCAL INSPECIONADO	Z	ONA DE DET	TENÇÃO		OBSERVAÇÕES
PROCESSO		Em boas Condições	Com Deficiências	Desativada	Não Tem	
	Esquadra de Valadares				X	
	Esquadra de Vila Nova de Gaia				X	
	Esquadra de Segurança Aeroportuária				X	
	Esquadra de Intervenção e Fiscalização Aeroportuária				X	
	Esquadra de Oliveira do Douro				X	
	EIFP de Vila Nova de Gaia				X	
PI-16/2019 Comando Metropolitano de Lisboa	11.ª Esquadra (Penha de França)				X	- O Comando Metropolitano de Lisboa possui zona de detenção única, sita nas instalações sede o Comando, onde são instalados os detidos das Esquadras referenciadas neste processo inspetivo.
	EIFP da 5.ª Divisão Policial				X	
	12.ª Esquadra (Olaias)				X	
	31.ª Esquadra (Praça de Espanha)				X	

Anexo-E - 3/4



PROCESSO IN	LOCAL	ZONA DE DETENÇÃO				
	INSPECIONADO	Em boas Condições	Com Deficiências	Desativada	Não Tem	OBSERVAÇÕES
TOTAIS		0	0	0	31	

Lisboa e IGAI, 14 de maio de 2020

Rogério Soares Inspetor

Anexo-E - 4/4